

Choque de poderes

JBR 27/2/88

Cada dia fica mais claro que o Executivo e o Legislativo estão marchando para uma rota de colisão. Este fato passou a ser, de longe, o mais grave em nossa vida política. Não se trata apenas da existência de uma oposição aguerrida no Legislativo e tampouco de reações fortes da parte do Executivo. O que estamos assistindo é uma verdadeira guerrilha política entre estes dois poderes.

O problema está se agravando e é inconcebível que a democracia triunfe em um clima destes. Para a normalização da vida democrática em nosso País é indispensável que haja a independência dos três poderes,

mas que esta independência se traduza numa relação de respeito mútuo. Cada um dos poderes tem seu âmbito de atribuições e não deve ser coagido em seu exercício pleno. Este princípio, básico, deve ser respeitado por todos sem exceção. Executivo e Legislativo são obrigados a obedecer este princípio fundamental.

Constatar a gravidade da tendência dominante não é atribuir a nenhuma das partes a responsabilidade pela crise. O importante é tomar consciência da tendência à colisão que domina nosso quadro político e dar um alerta para que se reverta este quadro enquanto é tempo. Caso contrário a autoridade desa-

parecerá e o País, que já vive uma grande crise, cairá no caos.

A situação é perigosa porque na vida política, quando se instala um conflito deste tipo, intensificam-se os ataques de parte a parte.

É importante que as autoridades e as forças políticas não envolvidas no conflito atuem rapidamente no sentido de mudar o curso dos acontecimentos. Alertas já têm sido dados, mas não foram suficientes para alterar a situação. Agora é o momento de que se crie uma consciência política nacional para impedir a continuidade do enfrentamento entre os dois poderes.